

O julgamento da biblioteca no *Quixote* e *Triste Fim de Policarpo Quaresma*

Profa. Dra. Daniela Mercedes Kahn¹ (USP)

Resumo:

Dom Quixote de La Mancha e Policarpo Quaresma são dois leitores paradigmáticos da Era Moderna, cujo envolvimento intenso com as suas leituras os leva à loucura. A ação desarticulada dos dois protagonistas sobre a sua realidade, coloca as suas bibliotecas em evidência, tornando-as alvo da crítica e da condenação social. O modo peculiar pelo qual esse julgamento é representado nos dois romances é revelador quanto aos hábitos de leitura da Espanha dos inícios do século XVII e da capital da nossa Velha República nas primeiras décadas do século XX. Esta comunicação é uma condensação do ensaio “Duas bibliotecas em julgamento” que integra o capítulo intertextual da tese de doutorado defendida pela FFLCH-USP, “O leitor deslocado e a biblioteca fora do lugar”, um estudo da relação entre leitores e livros na obra de Lima Barreto.

Palavras-chave: Cervantes, Lima Barreto, leitura.

Remontando aos primórdios da socialização do livro dentro da cultura europeia, relata Alberto Manguel: “No século XVI, os livros passaram das mãos exclusivas da nobreza e do clero para as da burguesia. A aristocracia tornou-se modelo para os *nouveaux riches*: se os nobres liam, então eles também leriam [...] (MANGUEL, 1997, p, 183). A adaptação do ainda recente livro impresso a formatos mais adequados à leitura individual e as primeiras bibliotecas universitárias da Europa são dois fatores que contribuem para o aparecimento de um público leitor burguês.

Constituída por muitos romances de cavalaria e alguns livros de poesia a biblioteca do Dom Quixote de La Mancha do romance homônimo reflete esse momento de transição, colocando em cena um nobre que se dedica à leitura, mas já sem a exclusividade e, sobretudo sem a riqueza material e o prestígio dos fidalgos medievais. Parte dos recursos modestos desse fidalgo de sobrenome incerto foi efetivamente empregada num acervo que, embora pequeno para os critérios atuais, seria, todavia, considerável para uma época em que uma biblioteca pessoal ainda era rara e cara: “más de cien cuerpos de libros grandes, muy bien encadernados, y otros pequeños” (CERVANTES, 2003, p. 97).

Pois bem, no capítulo, “Del donoso y grande escrutinio que el cura y el barbero hicieron en la libreria de nuestro ingenioso hidalgo”, da primeira parte do romance cervantino, o conteúdo desta biblioteca é objeto de um minucioso exame. O motivo para tal é o crescente envolvimento do fidalgo com as suas leituras que o faz agir cada vez mais como o cavalheiro andante que acredita ser. Por causa disso ele entra em constantes confrontos com estranhos nos quais costuma levar a pior, retornando machucado e ferido para casa.

Preocupados com a saúde mental e o bem estar físico de Dom Quixote, os seus amigos mais próximos resolvem acabar com a sua biblioteca, mas não sem antes submeter o seu conteúdo a uma rigorosa avaliação. O modo característico como é conduzido o escrutínio que antecede a queima dos livros tem por referência o tribunal da Inquisição do Santo na sua dupla função de **tribunal de homens** e de **censura de livros**.

É de se notar que nesse tribunal improvisado em que os réus são os próprios livros, cada um dos personagens do círculo mais íntimo do Dom Quixote que protagoniza o episódio representa, ao mesmo tempo, um segmento social de uma pequena aldeia renascentista. Nesse sentido a nobreza é

representada pela sobrinha do fidalgo. Como único parente presente cabe a ela a iniciativa da ação: convencida do efeito nocivo das leituras do Dom Quixote ela convoca os dois amigos letrados do fidalgo, o cura e o barbeiro da aldeia, para auxiliarem-na na delicada empreitada. Na qualidade de autoridade religiosa suprema da aldeia o cura, por sua vez, assume o papel de juiz que enuncia o veredicto final. Nesta tarefa ele é auxiliado pelo barbeiro, o leitor leigo, suficientemente culto para se pronunciar acerca dos livros examinados, mas, ao mesmo tempo, também religioso o suficiente para subordinar-se respeitosamente ao veredicto eclesiástico. À ama da casa enfim, representante do povo iletrado, cabe o papel de braço secular encarregado de executar a sentença. Em suma, o grupo que conduz o elaborado ritual de julgamento, condenação e execução da biblioteca do Dom Quixote se constitui numa versão local reduzida da própria sociedade espanhola renascentista.

O veredicto dos “juízes” desse tribunal é diretamente influenciado pelo contacto pessoal de cada um deles com os livros: num extremo está a ama iletrada, supersticiosa e pragmática representando as camadas mais simples da população; no extremo oposto encontra-se o licenciado, enquanto autoridade intelectual e moral da aldeia e, mais que isso, o representante legítimo e supremo da Igreja Católica no lugar. O grau de instrução de cada um também é responsável, por uma tolerância maior ou menor para com os livros, estabelecendo-se nesse sentido uma clara oposição entre as duas mulheres e os dois homens conforme indica o trecho seguinte:

[...]mandó [el licenciado] al barbero que le fuese dando de aquellos libros uno a uno, para ver de qué trataban, **pues podía se hallar algunos que no mereciesen castigo de fuego.**

— No — dijo la sobrina —, **no hay para qué perdonar a ninguno, porque todos han sido los dañadores:** mejor será arrojillos por las ventanas al patio y hacer un rimerito dellos y pegarlos fuego; y, si no, llevarlos al corral, y allí se hará la hoguera, y no ofenderá el humo.

Lo mismo dijo el ama: tal era la gana que las dos tenían de la muerte de aquellos inocentes; mas el cura no vino en ello sin primero leer siquiera los títulos (CERVANTES, 2003, p. 97-98, grifos meus)

Essas diferenças de atitude com relação aos livros refletem a multiplicidade de perspectivas do episódio, que, por sua vez remete à variedade de perspectivas da própria obra. Ao analisar a arquitetura geral do romance Maria Augusta da Costa Vieira aponta os vários níveis de ponto de vista que podem ser identificados na obra: a perspectiva central que focaliza diretamente as aventuras de Dom Quixote e Sancho; o segundo nível que diz respeito às histórias intercaladas ou aos depoimentos pessoais de outros personagens, que não guardam relação direta com as aventuras da dupla de protagonistas; o terceiro nível que é o da representação teatral em que alguns personagens deliberadamente encenam episódios com o intuito de envolver Dom Quixote e Sancho; o quarto nível, onde a autora situa o episódio do escrutínio da biblioteca, que é o nível metaliterário.

Em função disso conforme ressalta a autora:

uma das dificuldades pela qual o estudioso do *Quixote* não passa ileso diz respeito ao ajuste de sua própria perspectiva em relação ao texto. As vozes muitas vezes dissonantes multiplicam as perspectivas, o que dificulta a definição do ponto de vista do próprio leitor, (VIEIRA, 1998, p. 86). ¹.

¹ Essa multiplicação e relativização do ponto de vista do *Quixote* já são mencionados no estudo sobre a picaresca de Mario Gonzáles, que ressalta a destruição da perspectiva onisciente que ocorre no romance cervantino, colocando o leitor perante uma realidade intermediada pelas personagens: “Nasce, assim, outro tipo de relativismo, no qual os diversos pontos de vista (no mínimo dois: o de Dom Quixote e o de Sancho) significam diversas interpretações da realidade entre as quais o leitor deve optar.” Mario Gonzáles, *A saga do anti-herói*, 1994 ,nota 53, p. 120.

Essa diversidade de perspectivas que caracteriza a obra como um todo norteia igualmente o episódio do escrutínio. Nesse sentido temos um narrador que veicula os pontos de vista dos diversos personagens envolvidos no episódio e que, de modo geral, condenam os livros, não apenas os de cavalaria, mas os de literatura em geral, como os “autores del dano (CERVANTES, 2003, p. 97)”, da loucura enfim, que vitimou o fidalgo. Isso fica patente nesse diálogo entre o cura e a sobrinha do fidalgo sobre o destino a ser dado aos livros de poesia:

—Estos no merecen ser quemados, como los demás, porque no hacen ni harán el daño que los de caballerías han hecho, que son libros de entretenimiento sin perjuicio de tercero.

—Ay, señor! —dijo la sobrina—, bien los puede vuestra merced mandar quemar como a los demás, **porque no sería mucho que, habiendo sanado mi señor tío de la enfermedad caballeresca, leyendo estos se le antojase de hacerse pastor y andarse por los bosques e prados cantando y tañendo, y, lo que sería peor, hacerse poeta, que según dicen es enfermedad incurable y pegadiza.**

—Verdad dice esta doncella — dijo el cura—, y será bien quitarle a nuestro amigo este tropiezo y ocasión adelante. (CERVANTES, 2003, p. 103, grifos meus).

Porém, esse mesmo narrador encarna também um ponto de vista mais compadecido, tendente à absolvição de, pelo menos, parte dos livros. O resultado no caso é uma gradação de pontos de vista que vai desde a condenação radical dos livros por parte da ama do Dom Quixote até o ponto de vista mais tolerante do narrador que figura como um observador de fora

Ao personificar os livros situando-os, portanto no mesmo eixo paradigmático dos seres humanos e representar o escrutínio da biblioteca como um Auto-de-Fé a paródia cervantina se dirige em primeiro lugar contra a intolerância e a arbitrariedade da Inquisição enquanto **tribunal dos homens**, expondo os procedimentos questionáveis da Inquisição em nome da saúde moral dos seus fieis.

Mas Cervantes usa igualmente a Inquisição como referência para investir contra os radicalismos da crítica literária de sua época e denunciar os seus métodos implacáveis. Nesse segundo caso entra em função o papel específico do Santo Ofício enquanto **censor de obras**: o exame do conteúdo de uma biblioteca de literatura renascentista tem como referência implícita as listagens de obras proscritas emitidas pelo Santo Ofício. Há que se ter em mente que, no caso da biblioteca do fidalgo, o julgamento moral precede necessariamente qualquer julgamento estético da biblioteca. Ainda que a avaliação estética concorra no romance para a preservação de várias das obras da fogueira o que se julga no final das contas é a influência nefasta da literatura que, enquanto tal, representa um estímulo perigoso à imaginação, ao devaneio e quiçá até à criatividade do leitor, alienando-o destarte da sua realidade empírica.

Num sentido mais restrito, o crítico literário é parodiado ainda através da figura do modesto cura de aldeia, diplomado numa instituição pouco renomada, que subitamente é chamado a avaliar as obras que compõe a biblioteca de um leitor espanhol renascentista.

Quanto à questão ética note-se ainda que, apesar das suas boas intenções, o comportamento do próprio cura também está contaminado pelo autoritarismo e pela arbitrariedade da instituição que representa. Isto fica evidente no momento em que determina por bem abreviar o escrutínio e lançar todos os livros restantes na fogueira:

Aquella noche quemó y abrasó el ama cuantos libros había en el corral y en toda la casa, y **tales debieron de arder que merecían guardarse en perpetuos archivos**; mas no lo permitió su suerte y la pereza del escrutinador, y así se cumplió el refrán en ellos de que **pagan a las veces justos por pecadores.** (CERVANTES, 2003, p. 110, grifos meus).

A ironia maior é que, no final das contas, a destruição da biblioteca, conduzida com tanta pompa, resulta ineficaz, pois o seu conteúdo já foi incorporado de tal maneira por Dom Quixote que este pode prescindir da presença física dos livros. É mais uma farpa atirada contra a Inquisição no sentido de sugerir que a destruição material das fontes de influência sobre o espírito humano nem sempre garante a neutralização definitiva das mesmas.

Enfim, o escrutínio da biblioteca do Dom Quixote figura como mais uma das inúmeras encaixas que têm lugar no romance. A questão da leitura e dos livros é tratada no contexto da ambivalência que norteia toda a obra, a começar por uma autoria cuja arbitrariedade reflete em múltiplos prismas a natureza questionável da percepção, da razão e do próprio destino humano num mundo cada vez mais carente de referências seguras e divindades protetoras.

Mas, como a queima dos livros da biblioteca do Dom Quixote torna-se ela mesma matéria de um novo romance, a ambivalência que cerca a questão da influência da leitura recoloca-se em um novo patamar: alienante ou não a verdade é que o livro ressuscita vitorioso, depois de alimentar-se sofregamente das próprias cinzas. O jogo de espelhos que o romance de Cervantes propõe, estende-se assim ao aqui e o agora do leitor dando margem para inúmeras novas leituras.

Com efeito, aproximadamente três séculos mais tarde o tema do julgamento da biblioteca como causa da loucura é retomado no romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto.

Nesta releitura do episódio, o que chama a atenção logo de imediato, é o espaço da obra dedicado ao julgamento da biblioteca: enquanto na obra cervantina o tema do escrutínio da biblioteca do fidalgo merece um capítulo exclusivo, em *Triste fim de Policarpo Quaresma* a questão da erudição entra de forma incidental no fatídico capítulo, “Notícias do Genelício”.

É bem verdade que, tanto do ponto de vista da sua construção como do seu conteúdo o capítulo em questão é um dos mais importantes do romance, pois nele confluem vários temas chave da obra.

No primeiro caso esse capítulo, cujo título só se elucida no final, promove a quebra da linearidade de um enredo que, até esse momento, acompanhava os passos da personagem central. Desse modo a personagem central é abandonada a sua sorte pelo próprio narrador num momento crucial de sua história, já que os eventos que desencadearam a internação de Policarpo só serão recuperados para o leitor em retrospectiva, nos dois capítulos seguintes.. Este corte do enredo se repetirá no último capítulo do romance quando nos deparamos com Policarpo já preso, sem termos acompanhado os acontecimentos que levaram a sua prisão. Em ambos os casos, o leitor é confrontado com o resultado já consumado da ação institucional. Desta forma a violência institucional referida no plano do conteúdo é reencenada no plano da forma do romance tanto através da ruptura da progressão linear do enredo como pela omissão deliberada das etapas do processo que conduziram ao desfecho radical do episódio. Em síntese: a violência e a repressão institucional se reproduzem nos hiatos e nos cortes de um enredo que se prometia linear.

Quanto ao seu conteúdo, “Notícias do Genelício” trata em primeiro plano do noivado de Ismênia, a filha do vizinho Albernaz. A festa de noivado de Ismênia funciona como uma cena encofrada no sentido em que o leitor, ao invés de acompanhar a desgraça de Policarpo é presenteado com uma festa de noivado. Mas, ao ser desembrulhado, o presente se revela de grego. O noivo em questão é um oportunista que, pouco depois da festa, abandonará a noiva. Esta, por sua vez, reproduzirá ponto por ponto o comportamento da heroína romântica abandonada até o desenlace fatal. O desvio do modelo romântico, todavia, se dá num aspecto crucial: a total ausência da paixão amorosa de Ismênia que aparece substituída pela obsessão vazia pelo casamento em si: “O casamento já não é mais amor, não é maternidade, não é nada disso: é simplesmente casamento, uma coisa vazia, sem fundamento nem na nossa natureza nem nas nossas necessidades. (LIMA BARRETO, 1956, p. 253)”. Em síntese: através da obsessão de Ismênia Lima Barreto reelabora o tema do abandono levando a questão do casamento como *status* social até as últimas consequências

Mas, da mesma forma que a festa de noivado de Ismênia mascara ruidosamente a falta de sentido do mesmo, as leituras intensivas e extensivas de Policarpo mascaram a sua falta de conhecimento... da realidade nacional. Ou seja, Policarpo se deixa enganar pelos livros assim como Ismênia se deixa enganar pelo noivo. E ambos sucumbem fatalmente ao próprio engano.

A atualização do tópico do engano tão caro aos renascentistas ganha uma síntese admirável no recital do noivo Cavalcanti, que encerra o capítulo, "Notícias do Genelício": "*A vida é uma comédia sem sentido/ Uma história de sangue e de poeira/Um deserto sem luz...* (LIMA BARRETO, 1956, p. 78)". Essa estrofe recitada por Cavalcanti, o verdadeiro rei da festa, remete aos famosos versos que Macbeth pronuncia ao tomar conhecimento da morte da sua esposa: "*Life's but a walking shadow, a poor player/ That struts and frets his hour upon the stage/And then is heard no more. It is a tale/Told by an idiot, full of sound and fury, / Signifying nothing*". (SHAKESPEARE, 1955, p. 309).

A ressonância trágica do drama shakesperiano, no entanto, desapareceu definitivamente dos toscos versos colocados na boca do dentista arrivista durante uma festa de noivado de subúrbio. O bardo inglês não é invocado por acaso: o primeiro destes versos já denuncia o caráter de representação desse noivado "para inglês ver". Reedita-se assim em chave menor a proposição barroca do original. A dimensão existencial do desengano cantada nos versos barrocos cede lugar à acanhada hipocrisia da pequena burguesia do subúrbio carioca da virada do século XX. Esse mesmo espírito preside o tratamento do tempo nos dois textos: enquanto o verso shakesperiano destaca a natureza fugaz e inútil da vida, o termo "história" que aparece no recital de Cavalcanti aponta para a natureza simultaneamente ficcional e histórica do enredo. Este se acha reduzido às suas componentes básicas que conjugam violência e insignificância. Aliás a palavra "sangue" ao mesmo tempo em que evoca os atos e lutas sangrentas da peça escocesa explicita o componente de violência que se oculta por trás da fachada cômica da festa barretiana (e que a seu modo também conduzirá à morte). O termo "poeira", por sua vez, que em contexto barroco enfatiza a transitoriedade dos seres e das coisas, aqui reforça a falta de sentido já explicitada no primeiro verso. Além disso, dentro do novo contexto soma ao sentido original da transitoriedade o da insignificância. Em outras palavras: no trânsito da dimensão metafísica para a histórica da vida, a violência se articula de forma fatal com um contexto histórico-social moderno em que a condição humana é tão ínfima, achatada e insignificante que seus dramas mais violentos acabam reduzidos literalmente a pó. A banalização se completa no terceiro verso, através da metáfora pouco elaborada do "deserto sem luz" que se encontra inesperadamente no mesmo eixo paradigmático que a "comédia" e a "história", apesar do seu parentesco semântico genuíno com o termo "poeira". A expressão funciona como anticlímax sinalizando o descompasso criado mediante a invocação de altas categorias abstratas como a "metafísica" e a "história" para desembocar na imagem concreta de uma realidade rebaixada, estéril e sem perspectivas.

A arbitrariedade do destino, que no episódio cervantino toma por referência os desmandos da Inquisição, aparece simbolizada nesse episódio não só pela letra da canção de Cavalcanti, mas, sobretudo pelo jogo de cartas. Em termos mais amplos ele simboliza um outro movimento peculiar do enredo: o baralhamento momentâneo da hierarquia de personagens e acontecimentos do romance. Conforme se viu anteriormente personagens e acontecimentos secundários são trazidos para o primeiro plano da narrativa enquanto que o protagonista da obra só comparece através da notícia que dele dá o Genelício.

Se no plano maior do romance ele sinaliza a arbitrariedade de uma autoria que baralha a seu gosto as vidas de Policarpo, Ismênia e tantas outras o que remete com as devidas mediações, ao quadro de convulsões sociais e a conseqüente permuta das elites da Velha República, que se consti-

² A tradução dessa passagem é: "A vida não passa de uma sombra ambulante, de um ator mediocre/ que se pavoneia e se agita durante sua curta passagem pelo palco/ para depois ser esquecido/É uma estória contada por um idiota/cheio de som e de fúria/que não significa nada" (T. A.).

tui no pano de fundo do romance no plano do conteúdo específico desse capítulo ele explicitará o caráter displicente do julgamento da biblioteca.

A presença do jogo de baralho, cujo caráter carnavalesco é destacado por Bakhtin, acentua, em primeiro lugar, essa corrente subterrânea de azar que se contrapõe sutilmente ao clima manifesto de festa. A sina agora como que comparece sob a forma das cartas concentradas nas mãos dos jogadores, prestidigitadores ao revés, que inconscientes das forças maiores da História e da Estória responsáveis respectivamente pelos destinos das personagens na vida e no romance, discutem distraidamente a triste sorte do major. A revelação do infortúnio de Policarpo, que se dá na presença das cartas, apenas confirma a alienação do grupo.

No episódio em questão o grupo de jogadores é constituído pelo anfitrião Albernaz, o Capitão dos Bombeiros Sigismundo, o Contra-Almirante Caldas e o engenheiro Dr. Florêncio. No lugar da aldeia espanhola renascentista do *Quixote* tem-se agora um grupo representativo da sociedade suburbana carioca da Velha República constituído, na sua maioria, por funcionários públicos, incluídos aí os dois militares que ocupam cargos burocráticos. Todos eles “saudavelmente” iletrados, incluindo os que já passaram (o Dr. Florêncio é engenheiro formado) ou passam por cursos universitários (Genelício estuda Direito). É a esse grupo que Genelício, um convidado recém chegado, traz a notícia da internação do Major Quaresma. Nos comentários que se seguem o distúrbio de Policarpo é prontamente vinculado à sua atividade de leitura:

- O Quaresma está doido.
- Mas... o que/ Quem foi que te disse/
- Aquele homem do violão. Já está na casa de saúde...
- [...]
- Nem se podia esperar outra coisa, disse o doutor Florêncio. Aqueles livros, aquela mania de leitura...
- Pra que ele lia tanto? Indagou Caldas.
- Telha de menos, disse Florêncio.
- Ele não era formado, para que se meter em livros?
- É verdade, fez Florêncio. (“LIMA BARRETO, 1956, p. 78”).

A conclusão unânime é edificante:

- **Isto de livros é bom para os sábios, para os doutores**, observou Sigismundo.
- **Devia até ser proibido**, disse Genelício, **a quem não possuísse um título ‘acadêmico’ ter livros. Evitavam-se assim essas desgraças.** Não acham?
- Decerto, disse Albernaz.
- Decerto, fez Caldas.
- Decerto, disse também Sigismundo. (LIMA BARRETO, 1956, p. 78, grifos meus).

E as atenções do grupo convergem novamente para o jogo.

É profundamente significativo que os livros que Cervantes coloca nas mãos dos seus personagens durante o escrutínio da biblioteca apareçam substituídos pelas cartas em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*.. Do episódio original restou o elemento lúdico e a condenação. Resta saber, na ausência dos livros, qual será o objeto dessa condenação.

Pois o que se denuncia nesse julgamento à revelia perpetrado por personagens que no máximo lobrigam à distância as estantes repletas de livros de Policarpo é a pobreza intelectual do cotidiano brasileiro. A distância espacial entre os jogadores e os livros somente sublinha essa relação de exterioridade e estranheza entre os potenciais leitores e os livros. Sendo assim, aos olhos dos vizinhos iletrados de Policarpo, qualquer questão de critérios de avaliação de conteúdo está completamente

fora de questão. O que é condenado aqui é a leitura como hábito e a biblioteca enquanto instituição. Segundo esse ponto de vista qualquer biblioteca é por definição perniciosa e, portanto, condenável.

Todavia, a condenação parece estabelecer uma ressalva: a leitura de livros deveria ser exclusividade de quem possui um título acadêmico e formação universitária. De acordo com este raciocínio ela se converteria numa atividade altamente especializada; possuir livros seria uma espécie de complemento do *status* universitário. O *status* universitário conferido pela **posse** de um **diploma** seria, pois, de acordo com os convidados de Albernaz a condição necessária para o enfrentamento incólume de uma biblioteca.

Todavia até mesmo esta ressalva se comprova como falaciosa. Na verdade, a incômoda questão da leitura é só aparentemente deslocada para a esfera acadêmica. Pois examinada mais de perto, esta última se revela no romance (como, aliás, em toda a obra do autor) como uma extensão do domínio não acadêmico, no que diz respeito à falta de conhecimento livresco³. A caracterização dos estudantes de nível superior na obra de Lima Barreto, a começar pelos dois do episódio referido acima, contradiz frontalmente a sábia conclusão do grupo da mesa de jogo. A maioria deles busca graduar-se com o mínimo de leituras exigidas, fazendo um farto uso de fontes de segunda mão, apostilas, compêndios, enciclopédias, etc. A produção intelectual também de segunda mão que daí resulta não preocupa ninguém uma vez que a formação intelectual precária impede os riscos do desenvolvimento de um espírito crítico. No fundo, embora tenha passado pelos bancos escolares, para o estrato social pequeno burguês representado pelos convidados de Albernaz, a biblioteca é uma instituição mais do que prescindível. Esta atitude está resumida na afirmação orgulhosa do próprio General: “Eu, há bem quarenta anos, que não pego em livro... (LIMA BARRETO, 1956, p. 144)”. Em síntese: para a sociedade pequeno-burguesa que frequenta a casa do General Albernaz os livros valem no máximo pelo que representam em termos de um possível acréscimo de **prestígio** intelectual. Não é necessário dizer que enquanto leitores, eles se encontram muito abaixo do barbeiro, o seu equivalente mais próximo no universo social cervantino. Na verdade eles são comparáveis, na sua ignorância, à supersticiosa ama do Quixote.

Em suma: apesar da censura inquisitorial dos conteúdos, do exame incompleto e da incineração final da biblioteca do fidalgo manchego, em Cervantes a biblioteca recebe uma condenação muito menor do que em Lima Barreto. Além dos diferentes graus e matizes de tolerância aos livros referidos, a condenação da biblioteca, no final das contas, se restringe aos conteúdos específicos de uma biblioteca particular. E, o que é mais notável ainda, é que, mesmo depois da queima material das obras, o conteúdo do acervo permanece vivo e presente na memória do seu principal leitor. Além disso, a intimidade com os livros demonstrada pelo cura e pelo barbeiro no episódio do escrutínio da biblioteca do Dom Quixote é um forte indício do quanto o livro já fazia parte do cotidiano masculino de determinados segmentos sociais do século XIV espanhol.

No romance de Lima Barreto, pelo contrário, a condenação distraída do hábito de leitura de Policarpo Quaresma em meio ao jogo de baralho por uma classe social que tem acesso a todos os níveis de escolaridade apenas sublinha a falta de importância dada aos livros num meio em que as aparências dão literalmente as cartas. A forma característica desse julgamento, principalmente na comparação com o episódio do escrutínio do romance espanhol renascentista, coloca em evidência a (falta de) posição peculiar do livro no cotidiano brasileiro que quanto muito é visto como um objeto propiciador de **prestígio** social quando associado a um diploma acadêmico.

³ Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo aponta que no Brasil: “estudar, conhecer traduz-se por um *finis operandis*, isto é, reverte-se para uma finalidade prática de projeção e ascensão social”. FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de, *Trincheiras de sonho / Ficção e cultura em Lima Barreto*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1998, p. 26. Talvez possa se ir ainda um pouco mais além e afirmar que no Brasil geralmente só se recorre ao estudo como meio de projeção e ascensão social na ausência de meios menos árduos.

Cabe lembrar aqui que a obra de Lima Barreto como um todo faz **uma anatomia conscienciosa da insuficiência intelectual crônica** que se manifesta de uma ou de outra forma nas diversas camadas sociais que compõem o Brasil republicano, seja através do mais descarado alpinismo intelectual seja pelos esforços sinceros, porém desarticulados e precários de aquisição de cultura livre-sca.

Dentro desse contexto mais amplo o capítulo “Notícias de Genelício”, de *Triste Fim de Policarpo Quaresma* contrapõe duas formas distintas de alienação ambas relacionadas com a atividade de leitura: a leitura alienante da realidade brasileira que, por um lado, leva o Major Quaresma ao hospício e a alienação dos jogadores de baralho que, por sua vez, recusam todo e qualquer tipo de leitura. Por oposição a esse horizonte acanhado e desalentador, esse “deserto sem luz”, a possível saída que se descortinaria seria um terceiro tipo de leitura: a leitura conscientizadora como um meio de conhecimento efetivo da realidade.

Referências Bibliográficas

- [1] BAKHTIN, Michail – *Problemas da Poética de Dostoievski* (trad. Paulo Bezerra). 1a. ed., R. de Janeiro, Ed. Forense-Universitária, 1981.
- [2] CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de – “Del donoso y grande escrutínio que el cura y el barbero hicieron en la libreria de nuestro ingenioso hidalgo”. *O engenhoso fidalgo D. Quixote de La Mancha*/ Primeiro Livro (trad. Sérgio Molina; apres. Maria Augusta da Costa Vieira; gravuras Gustavo Doré). São Paulo: Editora 34, 2002.
- [3] LIMA BARRETO, Afonso Henriques de – “Notícias do Genelício”. *Obras completas*, vol. II (*Triste Fim de Policarpo Quaresma* – org. Francisco de Assis Barbosa com a colaboração de Antonio Houaiss e M. Cavalcante Proença), São Paulo, Brasiliense, 1956.
- [4] MANGUEL, Alberto – *Uma história da leitura* (trad. Pedro Maia Soares). São Paulo, Cia. Das Letras, 1997.
- [5] SEVCENKO, Nicolau – *Literatura como missão*/ Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4a. ed., São Paulo, Brasiliense, 1999.
- [6] SHAKESPEARE, William– “Macbeth”. *Shakespeare II* (Editado por William G. Clarke e William A. Wright), Chicago, Encyclopaedia Britannica Inc. (*Great Books of the Western World*, No. 27), 1955.
- [7] VIEIRA, Maria Augusta da Costa – *O dito pelo não-dito*/paradoxos de Dom Quixote. São Paulo: Edusp/Fapesp (Ensaio de Cultura, 14), 1998.

Autor(es)

¹ **Daniela KAHN, Profa. Dra**

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP)

DTLLC

danielak@ig.com.br